CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 54 • Quarta-feira, 07 de Outubro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO

SEM REPRESENTAÇÃO PRÓPRIA ELEITA, PAULISTA PRECISA CONSTRUIR UMA NOVA LIDERANÇA



ARTIGO

ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO

PÁG. 4

Pernambuco renova bancada federal e Câmara dos Deputados terá maioria à direita PÁG 5



Nova Alepe terá renovação, novas forças e uma disputa maior pelo poder político em Pernambuco PÁG 3

FOTO DIVULGAÇÃO



PÁG 2

Governadora Raquel Lyra comanda primeira reunião de planejamento com os secretários de Estado após a reeleição PÁG. 2

Derrota de João Campos tira PSB do comando do Recife e de Pernambuco, após hegemonia de 20 anos PÁG 3





A quinta derrota de Lupércio e o recado das urnas em Olinda PÁG. 2

Jones Manoel amplia votação e se consolida como fenômeno eleitoral em Pernambuco PÁG 4



Governadora Raquel Lyra comanda primeira reunião de planejamento com os secretários de Estado após a reeleição

A governadora Raquel Lyra comandou, nesta segunda-feira (5), no Palácio do Campo das Princesas, a primeira reunião com os secretários que compõem o Governo do Estado. Na ocasião, a chefe do Executivo alinhou o trabalho de planejamento e execução das metas de fechamento da atual gestão e as prioridades de início do próximo mandato.

"Na reunião com nosso secretariado, atualizamos as pautas para fechamento do ciclo deste ano, as entregas que a gente irá realizar e a organização do Governo para fechar todos os indicadores. Tudo isso, para que a gente possa começar o próximo mandato com a garantia que os investimentos que a gente se comprometeu com a população de Pernambuco vão acontecer", declarou a governadora Raquel Lyra.

Acompanhando a reunião, a vice-governadora Priscila Krause enfatizou a gratidão ao time de secretários: "Os titulares das nossas secretarias garantiram que pudéssemos cuidar de Pernambuco e dar prosseguimento às nossas ações com entregas todos os dias", agradeceu a vice-governadora Priscila Krause.

Já o secretário da Casa Civil, Túlio Vilaça, destacou a união da gestão estadual. "Temos um time fantástico e que sempre esteve unido. Estamos aqui com propósito de fazer política e transformar a vida das pessoas. O povo pernambucano reconheceu esse trabalho e posso afirmar que teremos os melhores próximos quatro anos da nossa história", disse o titular da pasta.



Participaram da reunião com a governadora os secretários Ana Maraíza (Administração); Paulo Paes (Administração Penitenciária e Ressocialização); João Salles (Assessoria Especial à Governadora e Relações Internacionais); Andreza Pacheco (Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas); Hercílio Mamede (Casa Militar); Mauricélia Montenegro (Ciência, Tecnologia e Inovação); Rodolfo Costa Pinto (Comunicação); Renato Cirne (Controladoria-Geral do Estado); Yanne Teles (Criança e Juventude); Cacau de Paula (Cultura); Alessandro Carvalho (Defesa Social); Cícero Moraes (Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca); Danielle Jar Souto (Desenvolvimento Econômico); Diogo Alexandre (Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo); Rodrigo Ribeiro (Desenvolvimento Urbano e Habitação); Gilson Monteiro (Educação); Robson Fellype (Esportes); Flávio Mota (Fazenda); Joana Figueirêdo (Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência); Nathalie Mendonça (Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha); Pedro Neves (Mobilidade e Infraestrutura); Fabrício Marques (Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional); Almir Cirilo (Recursos Hídricos e Saneamento); Zilda Cavalcanti (Saúde); Roberto Asfora Filho (Turismo e Lazer); Bianca Teixeira (Procuradora-Geral do Estado) e Eduardo Vieira (chefe do Gabinete da Governadora).

A quinta derrota de Lupércio e o recado das urnas em Olinda

Professor Lupércio amargou, nas eleições deste domingo (4), a quinta derrota de sua trajetória eleitoral. O resultado amplia um histórico que começou ainda nos anos 1990. Antes da disputa de 2026, Lupércio havia sido derrotado nas eleições para vereador de Olinda em 1996 e 2000, novamente em 2008, e na disputa por uma vaga de deputado estadual em 2010. Depois, construiu uma sequência de vitórias, sendo eleito vereador em 2004 e 2012, deputado estadual em 2014 e prefeito de Olinda em 2016 e 2020.

A derrota de 2026 ganha um significado político particular porque ocorre depois de oito anos à frente da Prefeitura de Olinda. Lupércio deixou o cargo ao final de 2024 e apoiou a eleição de Mirella Almeida, sua sucessora e integrante do grupo político que comandou a administração municipal durante seus dois mandatos.

O resultado também recoloca no debate o desempenho eleitoral do grupo político construído por Lupércio. Antes disso, o ex-prefeito já havia tentado ampliar sua influência eleitoral por meio da candidatura da esposa, Cláudia Lupércio. Ela disputou três eleições: vereadora de Olinda em 2016 e deputada estadual em 2018 e 2022. Não foi eleita em nenhuma delas. Em 2022, chegou a liderar a votação para deputada estadual em Olinda, com 23.690 votos, mas terminou como suplente na disputa estadual.

Nesse contexto, a quinta derrota de Lupércio pode ser interpretada politicamente como um sinal de desgaste do grupo que comandou Olinda por oito anos. A avaliação sobre a gestão municipal, evidentemente, pertence aos eleitores e pode ser objeto de diferentes interpretações. O dado concreto é que o ex-prefeito não conseguiu transformar sua experiência eleitoral anterior em uma nova vitória nas urnas.

Para seus críticos, o resultado representa uma espécie de resposta do eleitorado à administração que Lupércio deixou como legado e à continuidade política representada por Mirella Almeida. A atual prefeita foi secretária



de Governo e, posteriormente, de Planejamento e Fazenda durante a gestão anterior, além de ter recebido o apoio direto de Lupércio na eleição municipal.

Por essa leitura, a derrota de Lupércio em 2026 não deve ser analisada apenas como um resultado individual. Ela também coloca em discussão a força eleitoral do grupo político que esteve à frente da Prefeitura de Olinda e a avaliação que o eleitorado faz da administração municipal.

Para quem defende essa interpretação, a derrota pode ser vista como uma vitória política de Olinda: não necessariamente pela escolha de um nome específico, mas pelo fato de as urnas terem imposto um limite à tentativa de prolongar, no Legislativo estadual, a influência de um grupo que esteve durante oito anos no comando da cidade.

O resultado, portanto, abre uma nova etapa na política olindense. Depois de duas vitórias para prefeito e de uma longa trajetória eleitoral, Lupércio volta a enfrentar uma derrota nas urnas. E, desta vez, o resultado também coloca em xeque a capacidade de transferência de votos e de manutenção de seu grupo político em Olinda.Se quiser, posso deixar o texto , mantendo os fatos e separando claramente o que é análise do que é dado eleitoral.

Colégio da Polícia Militar de Pernambuco prorroga inscrições para 2027

As inscrições para o processo seletivo do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco (CPM-PE) foram prorrogadas até a próxima segunda-feira (12). O prazo inicial terminaria no dia 5 de outubro.

Ao todo, são oferecidas 104 vagas para o ano letivo de 2027. Desse total, 40 são para a unidade do Recife e 64 para a unidade de Petrolina, no Sertão do Estado.

As oportunidades são destinadas à Educação Infantil II, ao 6º ano do Ensino Fundamental e ao 1º ano do Ensino Médio. Para a Educação Infantil II, a seleção será realizada por sorteio. Já para as demais séries, os candidatos passarão por exame intelectual.

A inscrição é feita exclusivamente pela internet. A taxa é de R$ 80 para a Educação Infantil II e de R$ 130 para as demais séries. O pagamento deve ser realizado até terça-feira (13).



O processo seletivo é destinado ao preenchimento de vagas para o ano letivo de 2027 e contempla as unidades do CPM-PE em Recife e Petrolina. O cronograma prevê a realização do sorteio para a Educação Infantil II em 6 de novembro e das provas para o 6º ano e o 1º ano do Ensino Médio em 29 de novembro.

A divulgação dos candidatos classificados está prevista para até 11 de dezembro. A homologação final do processo seletivo deverá ocorrer em 26 de janeiro de 2027.

As inscrições e demais informações sobre o processo seletivo estão disponíveis na página oficial do concurso do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco. [Acesse o processo seletivo do CPM-PE 2027 - (https://www.upenet.com.br/concursos/2027/CPM_27/?-concurso=27_cpm&utm_source=chatgpt.com)

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Nova Alepe terá renovação, novas forças e uma disputa maior pelo poder político em Pernambuco

A eleição de 2026 redesenhou a Assembleia Legislativa de Pernambuco. A nova composição da Alepe, que tomará posse em fevereiro de 2027, preserva parte significativa dos atuais deputados, mas também promove uma renovação importante e altera o equilíbrio entre as principais forças políticas do Estado.

Dos 49 deputados eleitos, 18 chegam à Assembleia como novos integrantes, enquanto 31 parlamentares que já estavam na Casa conseguiram permanecer. O resultado mostra que não houve uma ruptura completa com a atual legislatura, mas uma mudança relevante na distribuição das forças partidárias.

O dado mais expressivo está na nova divisão das bancadas. PSB e PSD passam a ter nove deputados cada e assumem a condição de maiores partidos da Assembleia. O PP, que tinha a maior bancada, caiu para sete cadeiras. O Podemos também ganhou espaço e chega a seis parlamentares. O PT terá cinco representantes, enquanto o PL ficará com três.

A mudança é importante porque a próxima legislatura não terá um partido com força suficiente para controlar sozinho as principais decisões. A articulação política, portanto, tende a depender de acordos entre diferentes bancadas e da capacidade de cada grupo de construir maioria em votações estratégicas.



PSB CRESCE E MANTÉM FORÇA NA OPOSIÇÃO

O PSB sai das urnas com nove deputados e se consolida como uma das principais forças da nova Assembleia.

O resultado interessa diretamente ao grupo político liderado pelo prefeito do Recife, João Campos, que também foi eleito governador de Pernambuco. A bancada socialista terá papel importante na relação entre o futuro governo estadual e o Legislativo.

A questão será saber como o PSB conduzirá sua atuação diante de uma Assembleia mais fragmentada. A legenda poderá assumir uma oposição mais estruturada ou construir acordos pontuais conforme cada projeto em discussão.

O tamanho da bancada, entretanto, garante ao partido uma posição central nas negociações políticas da Casa.

PSD PRESERVA ESPAÇO E SERÁ FUNDAMENTAL PARA O GOVERNO

O PSD também terá nove deputados e chega à nova legislatura como uma das principais bases políticas da governadora Raquel Lyra.

A bancada terá importância especialmente no segundo mandato da governadora, quando o relacionamento com a Assembleia será determinante para a aprovação de projetos, orçamento, operações de crédito e outras medidas de interesse do Executivo.

O campo partidário que apoiou a reeleição de Raquel reúne, segundo levantamento do JC, 24 deputados. Com a inclusão do Novo, esse grupo chega a 25, número correspondente à maioria absoluta da Alepe.

Isso, porém, não significa que o governo terá 25 votos automáticos em todas as matérias. Partidos podem integrar uma mesma aliança eleitoral e, posteriormente, adotar posições diferentes na Assembleia. A formação efetiva da base governista dependerá da articulação política a partir da posse.

PP PERDE ESPAÇO

Uma das principais mudanças foi a redução da bancada do Progressistas.

O PP, que tinha dez deputados na composição anterior, elegeu sete em 2026. A perda da condição de maior bancada representa uma mudança significativa na estrutura de poder da Assembleia.

Entre os nomes que não conseguiram retornar estão Pastor Cleiton Collins, Henrique Queiroz Filho e Claudiano Martins Filho.

A votação mostra que tradição política e mandatos anteriores não garantiram, por si só, a permanência na Casa. A renovação atingiu parlamentares com atuação consolidada e forte presença regional.

DANI PORTELA É O PRINCIPAL DESTAQUE INDIVIDUAL

A maior votação da eleição para deputado estadual foi de Dani Portela.

A parlamentar, que trocou o PSOL pelo PT, recebeu 146.123 votos e terminou como a deputada estadual mais votada de Pernambuco.

O crescimento em relação à eleição anterior é expressivo. Em 2022, Dani havia recebido pouco mais de 38 mil votos.

O resultado amplia seu peso político dentro da Assembleia e coloca seu mandato no centro da bancada de esquerda. A votação também mostra que o PT terá uma presença relevante na próxima legislatura, com cinco deputados.

Dani, porém, terá ao seu lado uma bancada bastante diferente da esquerda que esteve na Alepe nos últimos anos, já que alguns parlamentares não conseguiram a reeleição.

GILSON MACHADO FILHO E ANDRÉ FERREIRA FORTALECEM A DIREITA

A eleição também produziu resultados expressivos para a direita.

Gilson Machado Filho, do Podemos, terminou em segundo lugar entre os candidatos a deputado estadual, com 132.322 votos. André Ferreira, do PL, ficou em terceiro, com 118.868.

O resultado de Gilson é especialmente relevante porque o Podemos passa a ter seis deputados, tornando-se uma das bancadas mais importantes da Assembleia.

André Ferreira, por sua vez, retorna ao Legislativo estadual depois de uma passagem pela Câmara dos Deputados. O PL terá três representantes na nova composição.

Assim, a nova Alepe terá uma disputa política marcada por diferentes campos ideológicos, sem que nenhum deles tenha condições de dominar isoladamente o plenário.

NOMES TRADICIONAIS FICAM DE FORA

A renovação também ocorreu pela saída de deputados conhecidos do eleitorado pernambucano.

Além de Cleiton Collins, Henrique Queiroz Filho e Claudiano Martins Filho, ficaram fora da nova composição nomes como Joel da Harpa, Doriel Barros, Romero Albuquerque, Diogo Moraes, Edson Vieira, Mário Ricardo, Izaías Régis, Romero Sales Filho, Socorro Pimentel, William Brígido, Gilmar Júnior, Nino de Enoque e Júnior Matuto.

São políticos com diferentes trajetórias e bases eleitorais, o que demonstra que a mudança não ficou concentrada em uma única região ou grupo político.

Algumas derrotas também chamam atenção pelo tamanho da votação. Doriel Barros teve mais de 46 mil votos, enquanto Diogo Moraes ficou próximo dessa marca. Mesmo com votações expressivas, não conseguiram garantir uma cadeira na nova legislatura.

O fenômeno também reforça uma característica do sistema proporcional: o desempenho individual depende da votação dos demais candidatos da legenda e da distribuição das cadeiras entre os partidos e federações.

ELEITOS PARA OUTROS CARGOS E RETORNOS

Nem todas as mudanças representam derrotas eleitorais.

Rosa Amorim, do PT, deixa a Alepe porque foi eleita deputada federal.

Maria Arraes faz o caminho inverso. Depois de exercer mandato na Câmara dos Deputados, retorna à política estadual como deputada estadual pelo PSB.

André Ferreira também volta à Assembleia, enquanto Sebastião Oliveira retorna ao Legislativo estadual depois de sua passagem pela Câmara Federal.

São movimentos que mostram que a composição de 2027 terá tanto novos nomes quanto políticos que já possuem experiência em outras esferas do Legislativo.

MULHERES GANHAM ESPAÇO

A nova composição também amplia a presença feminina na Assembleia.

Dani Portela, Lara Santana, Maria Arraes, Débora Almeida, Gleide Ângelo, Professora Ivete Caetano, Andréa Medeiros e Roberta Arraes estão entre as mulheres eleitas.

O destaque fica novamente com Dani Portela e Lara Santana, que ficaram entre as maiores votações individuais da disputa.

Apesar do crescimento, as mulheres ainda serão minoria entre os 49 parlamentares, mostrando que a representação feminina continua sendo um dos pontos de atenção da política estadual.

UMA ASSEMBLEIA MAIS FRAGMENTADA

A composição partidária da nova Alepe ficará distribuída da seguinte forma:

PSB:	9
PSD:	9
PP:	7
Podemos:	6
PT:	5
PL:	3
PV:	3
MDB:	2
UniãoBrasil:	1
Republicanos:	1
PCdoB:	1
Avante:	1
Novo: 1	

O desenho revela uma Assembleia fragmentada, mas com dois grandes polos partidários, PSD e PSB, cada um com nove cadeiras.

Ao mesmo tempo, PP, Podemos e PT terão bancadas suficientemente grandes para participar das principais negociações da Casa.

Partidos como PCdoB e Avante voltam a ter representação, enquanto outras legendas que tiveram espaço na atual legislatura não conseguiram eleger parlamentares para 2027.

A PRIMEIRA GRANDE DISPUTA SERÁ PELA MESA DIRETORA

Antes mesmo da discussão dos projetos do novo governo, a composição da Mesa Diretora deverá ser uma das primeiras grandes disputas políticas da nova legislatura.

A Presidência da Assembleia é estratégica porque envolve não apenas a condução dos trabalhos legislativos, mas também a relação institucional com o Executivo e a distribuição de espaços de poder dentro da própria Casa.

Álvaro Porto foi reeleito deputado e continuará sendo um dos nomes importantes desse debate, mas a nova correlação partidária poderá modificar as articulações em torno da Mesa.

A disputa deverá envolver os maiores partidos e também as bancadas que, embora menores, podem ser decisivas na formação de maioria.

O NOVO MAPA POLÍTICO

A eleição de 2026 não mudou completamente a Assembleia, mas modificou seu equilíbrio interno.

O PP perdeu a condição de maior bancada. PSB e PSD passaram a dividir a liderança. O Podemos cresceu. O PT manteve presença relevante. A direita preservou espaço com PL e Podemos. E uma nova geração de parlamentares chega à Casa ao lado de políticos que retornam de mandatos federais.

O resultado também cria uma situação nova para Raquel Lyra, que inicia seu segundo mandato com um campo partidário numericamente próximo da maioria absoluta, mas que precisará ser transformado em maioria parlamentar efetiva por meio de articulação política.

Para o PSB, a eleição garante uma bancada robusta em uma Assembleia que será fundamental para o futuro governo estadual.

E, para os próprios deputados, começa uma nova disputa: além de definir posições diante do Executivo, será necessário estabelecer quem comandará a Assembleia, quais grupos terão maior influência na Mesa Diretora e como serão formadas as maiorias para os principais projetos dos próximos quatro anos.

A nova Alepe, portanto, nasce menos marcada por uma ruptura e mais por uma redistribuição do poder político em Pernambuco. É esse novo equilíbrio que deverá determinar a relação entre Executivo e Legislativo a partir de 2027.

Derrota de João Campos tira PSB do comando do Recife e de Pernambuco, após hegemonia de 20 anos

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) determinou a remoção de uma publicação feita no Instagram pelo perfil @bastidor.pe que relacionava uma declaração de Ana Lúcia Arraes de Alencar, de 2020, a uma suposta agressão física praticada pelo candidato ao Governo de Pernambuco João Campos.

A representação eleitoral que resultou na decisão foi apresentada por Antônio Campos, advogado, em defesa de Ana Arraes. O caso tramita no TRE-PE sob o número 0603250-04.2026.6.17.0000 e tem como assunto propaganda eleitoral em redes sociais e uso de conteúdo considerado descontextualizado.

A decisão foi assinada nesta quarta-feira (30) pelo desembargador eleitoral Fernando Braga Damasceno, relator do processo.

Segundo a decisão, a publicação utilizou uma declaração antiga de Ana Arraes para apresentar a chamada: "Avó de João Campos disse ter sido agredida pelo neto em 2020". A postagem também mencionava que, posteriormente, Ana Arraes teria afirmado que a fala havia sido retirada de contexto.



Na representação apresentada por Antônio Campos, foi sustentado que a declaração original ocorreu em meio a uma divergência familiar relacionada a manifestações públicas de João Campos sobre Antônio Campos e que não houve afirmação de agressão física. A decisão registra ainda que Ana Arraes posteriormente declarou que a gravação estava fora de contexto e que nunca havia sido agredida por nenhum dos netos.

Ao analisar o pedido de urgência, o desembargador destacou que a liberdade de expressão tem papel relevante no debate eleitoral, inclusive para críticas e opiniões desfavoráveis. Segundo a decisão, porém, a Justiça Eleitoral pode atuar diante de fatos sabidamente inverídicos ou de grave descontextualização de acontecimentos verdadeiros quando isso puder alterar o sentido transmitido ao público.

Para o relator, embora a legenda da publicação apresentasse elementos de contextualização, a forma de destaque da informação poderia transmitir uma compreensão dissociada do contexto. A decisão aponta uma "grave descontextualização" ao considerar que a postagem retomava a afirmação de que Ana Arraes teria sido agredida e, ao mesmo tempo, apresentava a negativa posterior como possível tentativa de proteger João Campos.

O TRE-PE também considerou o momento eleitoral. A decisão afirma que a publicação permanecia acessível nas redes sociais em período próximo ao primeiro turno das Eleições Gerais de 2026 e que a dinâmica das plataformas poderia favorecer a rápida reprodução e compartilhamento do conteúdo.

Com a decisão, o responsável pelo perfil @bastidor.pe deverá remover a publicação no prazo de duas horas após a intimação e se abster, enquanto a medida estiver vigente, de republicar, compartilhar ou promover conteúdo que atribua ou sugira que João Campos tenha agredido fisicamente Ana Arraes. Em caso de descumprimento, foi estabelecida multa diária de R$ 10 mil.

O Instagram também foi determinado a indisponibilizar a publicação, caso ela ainda estivesse acessível, no prazo de 24 horas, igualmente sob pena de multa diária de R$ 10 mil. A plataforma deverá ainda preservar arquivos, registros, logs e metadados relacionados à publicação e fornecer os dados cadastrais disponíveis para identificação do responsável pelo perfil, dentro dos limites legais.

O desembargador, porém, não proibiu de forma geral a abordagem do episódio ocorrido em 2020. A decisão ressalta que manifestações críticas e divulgação de fatos relacionados ao caso podem continuar sendo feitas dentro dos limites da legislação eleitoral.

Também foi negado, nesta fase, o pedido para obrigar a publicação de uma nota de esclarecimento ou direito de resposta. Segundo o TRE-PE, essa medida possui procedimento próprio e poderá ser analisada pela via processual adequada.

A decisão é liminar e não representa julgamento definitivo do mérito da representação. Após a identificação do responsável pelo perfil, ele deverá ser incluído formalmente no processo e terá prazo para apresentar defesa. Na sequência, o caso será encaminhado à Procuradoria Regional Eleitoral para parecer.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

SEM REPRESENTAÇÃO PRÓPRIA ELEITA, PAULISTA PRECISA CONSTRUIR UMA NOVA LIDERANÇA



O resultado das eleições de 2026 deixou uma questão política relevante para Paulista, no Litoral Norte de Pernambuco: o município não elegeu nenhum deputado estadual ou federal com base eleitoral diretamente ligada à cidade.

Entre os nomes que disputaram uma vaga na Assembleia Legislativa estava Amanda Ramos, filha do ex-prefeito Ramos. Ela foi a candidata a deputada estadual mais votada em Paulista, com 11.008 votos, mas terminou como suplente. O ex-prefeito Junior Matuto, que também buscava uma vaga na Alepe, recebeu 28.645 votos em todo o Estado e igualmente ficou na suplência.

O resultado ganha peso porque Paulista é um dos municípios mais populosos de Pernambuco e possui um eleitorado expressivo. Mesmo com a presença de candidaturas identificadas com a política local, a cidade não conseguiu transformar sua força eleitoral em representação própria na Assembleia Legislativa ou na Câmara dos Deputados.

Na votação para deputado estadual, Amanda Ramos terminou à frente entre os candidatos no município, seguida por Junior Matuto. Entretanto, nomes de outras cidades, como Francismar, Dani Portela, Zé de Irmã Teca, Gilson Machado Filho, Vini Castello e André Ferreira, também tiveram desempenho expressivo entre os eleitores paulistenses e foram eleitos.

Para deputado federal, o cenário foi semelhante. Jones Manoel foi o mais votado em Paulista, com 14.931 votos, mas sua candidatura não estava vinculada especificamente à representação política do município. Ele acabou eleito com 249.077 votos em todo Pernambuco. Pedro Campos, segundo colocado na votação estadual, também foi eleito, mas sua base política é associada a outras regiões do Estado.

O resultado pode ser interpretado como um sinal de que existe espaço para uma discussão sobre renovação da representação política de Paulista. Mais do que a ausência de um nome eleito, a eleição coloca em evidência a dificuldade de o município construir uma liderança capaz de reunir forças políticas locais e transformar o tamanho do seu eleitorado em influência efetiva nas decisões estaduais e federais.

É nesse contexto que o advogado e escritor Antônio Campos defende a necessidade de uma nova etapa política para o município.

"Paulista precisa de uma liderança forte, capaz de enfrentar os problemas da cidade, dialogar com a população e construir um novo projeto para o município. A cidade precisa recuperar sua capacidade de liderança política e aproveitar todo o seu potencial para se transformar no principal polo de desenvolvimento do Litoral Norte."

A declaração coloca em debate não apenas o resultado eleitoral de 2026, mas o futuro político de Paulista. A cidade tem localização estratégica, população expressiva e potencial econômico, turístico e de serviços. O desafio, a partir de agora, é transformar essas características em um projeto de desenvolvimento capaz de ampliar a influência do município na política pernambucana.

A ausência de um deputado estadual ou federal eleito diretamente com essa identidade local deixa um espaço político aberto. O resultado das urnas não determina quem ocupará esse espaço, mas evidencia uma questão que deverá fazer parte do debate municipal nos próximos anos: que liderança ou projeto político será capaz de representar Paulista e recolocar o município no centro das decisões sobre o futuro do Litoral Norte?

Jones Manoel amplia votação e se consolida como fenômeno eleitoral em Pernambuco



Jones Manoel alcançou 249.077 votos na eleição para deputado federal em Pernambuco e terminou a disputa com apenas 12.478 votos a menos que Pedro Campos, o candidato mais votado do Estado. O resultado chama atenção também pela distribuição territorial: Jones recebeu votos nos 185 municípios pernambucanos.

A votação demonstra a capilaridade alcançada pelo candidato, que construiu parte significativa de sua projeção pública por meio das redes sociais, além da atuação política e da produção de conteúdo sobre história e conjuntura nacional.

No Recife, Jones Manoel foi o candidato mais votado para deputado federal, com 81.364 votos, superando Pedro Campos por 8.920 votos.

A comparação entre os dois candidatos também evidencia trajetórias políticas distintas. Pedro Campos é filho do ex-governador Eduardo Campos e bisneto do ex-governador Miguel Arraes. Ele também é irmão de João Campos, ex-prefeito do Recife e candidato ao governo de Pernambuco em 2026, e primo de Marília Arraes, eleita senadora.

Jones Manoel, por sua vez, é negro, nasceu na periferia do Recife, é historiador e doutorando em História. Sua trajetória política foi construída fora das tradicionais estruturas familiares que historicamente tiveram protagonismo na política pernambucana.

A diferença de trajetórias se refletiu também na forma como cada candidatura construiu sua presença eleitoral. Enquanto Pedro Campos contou com uma estrutura política ligada a uma família tradicional do Estado e ao seu partido, Jones levou para a campanha o nome que já havia consolidado nas redes sociais, além de suas posições políticas, formação acadêmica e atuação militante.

O resultado de 2026 mostra que a influência construída no ambiente digital pode se transformar em votação expressiva também fora das grandes cidades. A presença de Jones nos 185 municípios pernambucanos é um dos principais elementos para dimensionar o alcance obtido pela candidatura.

A votação também abre uma discussão sobre o desempenho do PSOL na eleição proporcional. Com uma chapa mais competitiva e uma candidatura majoritária capaz de agregar mais votos à legenda, o partido poderia ter ampliado sua votação proporcional e criado condições para buscar uma segunda cadeira na Câmara dos Deputados. Essa, porém, é uma hipótese política sobre o efeito da composição da chapa e não um resultado efetivamente medido pelas urnas.

A marca de 249.077 votos coloca Jones Manoel em um patamar próximo ao de Pedro Campos e evidencia a dimensão de uma candidatura construída sem o apoio de uma tradicional dinastia política familiar. Mais do que o número absoluto, a distribuição dos votos pelos 185 municípios mostra que sua candidatura ultrapassou os limites da capital e alcançou diferentes regiões de Pernambuco.

Pernambuco renova bancada federal e Câmara dos Deputados terá maioria à direita



A eleição de 2026 produziu uma mudança importante na representação de Pernambuco na Câmara dos Deputados e, ao mesmo tempo, redesenhou o equilíbrio político nacional. Dos 25 deputados federais eleitos pelo Estado, 13 conseguiram a reeleição e 12 são novos representantes. A renovação chega, portanto, a quase metade da bancada pernambucana.

O resultado também mostra uma Câmara Federal mais fragmentada em Pernambuco. O PSB continua como maior bancada do Estado, mas perde uma cadeira. O PT cresce, o Podemos estreia com força, enquanto partidos que tinham representação deixam de eleger deputados.

No cenário nacional, entretanto, o movimento é diferente: a direita terá maioria na Câmara a partir de 2027, embora nenhum campo político consiga, sozinho, alcançar os 308 votos necessários para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição.

PEDRO CAMPOS LIDERA A BANCADA PERNAMBUCANA

O deputado federal mais votado de Pernambuco foi Pedro Campos, do PSB, com 261.555 votos.

O resultado mantém o parlamentar como um dos principais nomes da representação pernambucana em Brasília e confirma a força eleitoral do PSB no Estado.

Pedro Campos foi seguido por Jones Manoel, do PSOL, com 249.077 votos, e Anderson Ferreira, do PL, com 185.429.

A presença de Jones Manoel entre os mais votados é um dos principais fatos políticos da eleição. O candidato do PSOL não apenas conquistou uma cadeira inédita para o partido em Pernambuco na Câmara, como terminou em segundo lugar na votação estadual.

A lista dos dez mais votados ainda reúne Marcelo Gouveia, Juliana de Chaparral, Silvio Costa Filho, Gilson Machado, Felipe Carreras, Lula da Fonte e Rosa Amorim.

PSB CONTINUA COMO MAIOR BANCADA

O PSB terá quatro deputados federais pernambucanos: Pedro Campos, Felipe Carreras, Gabriel Porto e Eliane Soares.

A legenda, entretanto, perdeu uma cadeira em relação à composição atual, quando tinha cinco representantes.

Mesmo com a redução, o PSB continua sendo o partido com a maior bancada pernambucana na Câmara.

O resultado também reforça o peso do partido na política estadual, especialmente diante da eleição de João Campos para o Governo de Pernambuco.

PT cresce e muda o equilíbrio da esquerda

Um dos principais movimentos da eleição foi o crescimento do PT.

O partido passa de um deputado na composição atual para três representantes eleitos: Rosa Amorim, Carlos Veras e Liana Cirne.

Rosa Amorim é uma das novidades mais expressivas. A deputada estadual deixa a Alepe para assumir uma cadeira na Câmara Federal.

A chegada de Liana Cirne e a permanência de Carlos Veras ampliam a presença petista na bancada pernambucana.

Com isso, a esquerda terá uma representação mais diversificada, formada por PT, PSOL, PSB e PV.

PODEMOS ESTREIA COM TRÊS DEPUTADOS

Outra novidade é o Podemos. O partido não tinha representante eleito por Pernambuco na composição anterior e agora terá três deputados: Marcelo Gouveia, Gilson Machado e Ricardo Teobaldo. Gilson Machado teve 156.754 votos e ficou em sétimo lugar entre os candidatos mais votados.

O desempenho do Podemos é particularmente relevante porque transforma a legenda em uma das bancadas intermediárias mais importantes de Pernambuco e coloca Gilson Machado em posição de destaque dentro da representação estadual.

A DIREITA MANTÉM ESPAÇO, MAS NÃO DOMINA A BANCADA PERNAMBUCANA

A bancada pernambucana terá nomes identificados com diferentes setores da direita.

O PL elegeu Anderson Ferreira e Thiago Medina.

O PP terá Lula da Fonte e Clarissa Tércio.

União Brasil terá Juliana de Chaparral e Fernando Filho.

Republicanos terá Silvio Costa Filho e Augusto Coutinho.

Também foram eleitos representantes de PSD, MDB, Novo e Avante.

O resultado mostra que Pernambuco não produziu uma bancada homogênea ideologicamente. Ao contrário, os 25 deputados estarão distribuídos por 13 partidos, formando uma representação bastante fragmentada.

QUASE METADE DA BANCADA SERÁ RENOVADA

Dos 25 eleitos, 13 são reeleitos e 12 chegam à Câmara pela primeira vez nessa nova composição.

Entre os reeleitos estão Pedro Campos, Felipe Carreras, Lula da Fonte, Carlos Veras, Fernando Filho, Fernando Monteiro, Clarissa Tércio, Iza Arruda, Guilherme Uchoa Junior, Waldemar Oliveira, Augusto Coutinho, Clodoaldo Magalhães e Silvio Costa Filho.

Entre os novos nomes estão Jones Manoel, Anderson Ferreira, Marcelo Gouveia, Juliana de Chaparral, Gilson Machado, Rosa Amorim, Gabriel Porto, Eduardo Moura, Eliane Soares, Thiago Medina, Liana Cirne e Ricardo Teobaldo.

A renovação altera não apenas os nomes, mas também a composição política da bancada.

QUEM FICOU DE FORA

A eleição também tirou da Câmara alguns parlamentares que tinham mandato ou presença política consolidada.

A nova composição não terá representantes de partidos como PCdoB, PSDB e PRD, que possuíam cadeiras na bancada pernambucana após a janela partidária.

O resultado também significa a saída de deputados que não conseguiram renovar seus mandatos ou que disputaram outras posições.

A eleição, portanto, não apenas escolheu novos nomes. Ela modificou a representação partidária de Pernambuco em Brasília.

MAIS MULHERES NA BANCADA

Outro dado importante é o crescimento da representação feminina.

Pernambuco elegeu seis mulheres para a Câmara Federal: Eliane Soares, Iza Arruda, Juliana de Chaparral, Clarissa Tércio, Rosa Amorim e Liana Cirne.

Elas representarão 24% da bancada pernambucana.

O número representa o dobro da quantidade de mulheres existente na atual representação estadual, que conta com três deputadas.

Ainda é uma minoria dentro da bancada, mas a mudança é significativa em relação à composição anterior.

E COMO FICOU A CÂMARA NO BRASIL?

É aqui que aparece a principal diferença em relação a Pernambuco.

O PL será a maior bancada da Câmara dos Deputados, com 121 parlamentares eleitos.

A segunda maior força será a federação formada por PT, PCdoB e PV, com 82 deputados.

Mas a soma das forças de direita ultrapassa com folga a esquerda.

Segundo levantamento do DIAP, a direita terá 260 deputados na Câmara, enquanto a esquerda e os setores de centro-esquerda terão representação significativamente menor.

Outro levantamento, feito pela Folha, calcula que a esquerda, considerando PT, PSB, PSOL, PDT e Rede, terá 124 deputados, aproximadamente 24% da Câmara. O PL sozinho terá 121.

Portanto, a resposta para a pergunta sobre quem terá maioria é objetiva: a direita terá maioria numérica na Câmara dos Deputados a partir de 2027.

PL SERÁ O GRANDE PROTAGONISTA NACIONAL

O crescimento do PL é um dos principais resultados das eleições legislativas de 2026.

O partido passa de 98 deputados eleitos em 2022 para 121 em 2026, um crescimento de 23 cadeiras.

É a maior bancada individual da Câmara e dá ao partido uma posição privilegiada na disputa pela Presidência da Casa e na definição da agenda legislativa.

A federação PT-PCdoB-PV, por outro lado, terá 82 deputados, seis a menos do que na eleição anterior.

Isso não significa, porém, que o PL terá controle automático da Câmara.

O CENTRÃO CONTINUARÁ SENDO DECISIVO

Apesar do crescimento da direita, nenhum bloco terá sozinho os 308 votos necessários para aprovar uma PEC.

É justamente nesse ponto que partidos do centro e do chamado Centrão continuarão tendo papel fundamental.

A federação União Brasil-PP terá 87 deputados. O Republicanos terá 41, o PSD 43 e o MDB 36.

Somados, esses partidos formam um grupo com peso suficiente para decidir votações importantes e negociar com qualquer governo.

A nova Câmara, portanto, não será simplesmente uma disputa entre PT e PL.

O cenário será formado por três grandes campos: uma direita numericamente majoritária, uma esquerda minoritária e um centro com capacidade de definir maiorias.

O que isso significa para o próximo governo federal.

A composição da Câmara terá impacto direto sobre a governabilidade a partir de 2027.

Se o próximo presidente for de esquerda, terá diante de si uma Câmara majoritariamente à direita e precisará construir uma ampla coalizão para aprovar sua agenda.

Se o próximo governo for de direita, a situação numérica será diferente, mas também não haverá garantia de apoio automático. O Executivo continuará precisando negociar com partidos do centro e do Centrão.

A maioria ideológica, portanto, não se transforma automaticamente em maioria governista.

Essa diferença será importante principalmente nas votações de maior impacto, como reformas constitucionais, mudanças tributárias, alterações institucionais e projetos que dependam de quórum qualificado.

PERNAMBUCO NO NOVO CONGRESSO

A bancada pernambucana chega a Brasília com uma composição que não reproduz exatamente o cenário nacional.

O Estado terá quatro deputados do PSB, três do PT, três do Podemos, dois do PL, dois do PP, dois do União Brasil, dois do Republicanos, dois do PSD e um representante de cada um de PSOL, Novo, MDB, Avante e PV.

É uma bancada plural e distribuída por diferentes campos políticos.

O PSB permanece como maior partido, mas o PT avança. O Podemos surge como nova força. O PSOL conquista uma cadeira com Jones Manoel. O Novo também entra na bancada.

Ao mesmo tempo, a direita mantém presença relevante por meio de PL, PP, União Brasil, Republicanos e Novo.

UMA BANCADA ENTRE DOIS MOVIMENTOS

O resultado pernambucano pode ser interpretado a partir de dois movimentos simultâneos.

De um lado, a esquerda amplia sua diversidade e o PT recupera espaço, com três deputados e a eleição de Jones Manoel pelo PSOL.

De outro, a direita continua ocupando uma parcela importante das 25 cadeiras, especialmente por meio de PL, PP, União Brasil, Republicanos e Novo.

Nacionalmente, porém, o cenário é mais claro: a Câmara que tomará posse em fevereiro de 2027 será majoritariamente de direita, com o PL como maior bancada e o Centrão permanecendo como peça fundamental para a formação das maiorias.

Para Pernambuco, o desafio será transformar uma bancada numericamente fragmentada em uma representação capaz de coordenar interesses comuns do Estado em Brasília.

E essa talvez seja a principal questão para os próximos quatro anos: em uma Câmara mais à direita e mais fragmentada, qual será o peso político que Pernambuco conseguirá exercer nas decisões nacionais?